

## POLÍTICA LOCAL E CORONELISMO: UM ESTUDO SOBRE AS ELITES POLÍTICAS DE RIO CLARO

Maria Beatriz Bianchini BILAC\*

**RESUMO:** Este artigo trata da temática das elites no Brasil, a partir de sua caracterização no processo de desenvolvimento brasileiro e dos vínculos que se estabelecem entre a dinâmica desse processo e seus agentes sociais. O objetivo específico é analisar, no conjunto das elites, um setor específico, as elites políticas, a partir da composição e recomposição desse grupo em uma cidade média do interior paulista - Rio Claro de 1900 ao golpe militar de 1964.

**PALAVRAS-CHAVE:** Oligarquia, política local, elites políticas, coronelismo, poder.

Este artigo apresenta alguns resultados obtidos em nossa tese de doutoramento sobre as elites políticas no Oeste Paulista, a partir de um estudo de caso, Rio Claro,<sup>1</sup> cidade que se constituiu como um exemplo dos contornos gerais do processo político brasileiro, altamente restritivo e hierarquizado. A cidade se desenvolveu com base na economia cafeeira e ocupou um lugar de destaque na região graças a sua posição como um dos centros urbanos mais importantes do estado de São Paulo na época. Como observa DEAN (1977, p. 15), o município foi

teatro de transições importantes: do regime colonial para o de sesmarias, do Império para a República (sua sede foi uma das primeiras a criar um diretório do Partido Republicano) e da esca-

---

\* Doutora em Sociologia e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional da Universidade Metodista de Piracicaba.

<sup>1</sup> As elites políticas de Rio Claro: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista. Tese de Doutoramento. IFCH/UNICAMP, Campinas, 1995.

vatura para o trabalho livre. Seus fazendeiros encontravam-se entre os de maior influência na política provincial e mesmo nacional.

Estudos sobre industrialização e urbanização paulista no período anterior a 1929 mostram a primazia da cidade de São Paulo na dinâmica da economia cafeeira. Entretanto, a par dessa primazia, há que se destacar o alargamento das funções urbanas dos municípios do interior, com um significativo desenvolvimento do comércio e de atividades industriais no início do século.

A depressão mundial de 1929 provocou conseqüências diversas na indústria brasileira, mas a vida urbana do interior paulista não foi afetada drasticamente com a crise. O complexo cafeeiro havia propiciado uma sensível expansão dessa região e, com a perda da importância do café no setor produtivo, outros produtos o substituíram. No Estado de São Paulo, a industrialização tomou um novo impulso, principalmente nos setores não tradicionais, voltando-se para o estabelecimento de indústrias dedicadas à produção de matérias-primas básicas, além de maquinaria e equipamentos. Outros setores se desenvolveram, modernizando e aumentando a capacidade produtiva, a exemplo da indústria têxtil. Nessas condições, de 1930 a 1960, as cidades médias paulistas conseguiram sobreviver à crise do café, na medida que apresentaram condições para desempenhar outras atividades e suas funções urbanas não foram afetadas em sua essência, graças à diversidade que estas haviam estabelecido antes do advento da crise.

As cidades do interior paulista que remontam ao século XIX estavam equipadas com infra-estrutura de serviços, consolidavam-se como mercado, viam crescer os setores de eletricidade, da telefonia; os jornais e escolas aumentavam sua presença, e outros serviços públicos eram instalados. Os imigrantes foram grandes beneficiários desse processo.

Uma parcela dos imigrantes europeus, em menor número, não se dirigiu para as fazendas e se estabeleceu nas cidades, onde implantou novas atividades manufatureiras e de serviço. Algumas indústrias que se desenvolveram após 1930 começaram como oficinas mecânicas monta-

das por imigrantes portadores de habilidades e conhecimento que traziam de seus países de origem. As famílias brasileiras proprietárias de terra predispunham-se mais à agricultura. Os seus membros que não se dedicavam a esse ramo encaminharam-se em geral para as profissões liberais. Ao prestigiar o latifúndio, ao mesmo tempo em que desprezava as atividades comerciais e industriais, a oligarquia agrária deixou oportunidades abertas para os imigrantes e desde cedo estes souberam aproveitar os espaços econômicos não procurados pelas classes tradicionais.

Para entender como a dinâmica econômico-social do período da supremacia do café imprimiu suas marcas no interior paulista, OLIVEIRA (1987) estudou São Carlos e Rio Claro, como exemplos de cidades que desempenharam papel importante na economia cafeeira ainda nos meados do século passado. A autora chama a atenção para um aspecto relevante, a saber, a chamada “missão civilizatória” de que as elites cafeeiras paulistas do planalto consideravam ser portadoras. Estas elites promoveram a substituição do trabalho escravo para o imigrante, consorciaram capitais para a expansão da rede ferroviária e associaram-se na fundação de cidades e no desenvolvimento de melhorias urbanas. Não se pode esquecer, também, que as elites comerciais locais secundaram os fazendeiros na promoção dessas melhorias, motivados possivelmente por interesses tanto econômicos como políticos.

Rio Claro e São Carlos projetaram-se como centros urbanos desenvolvidos da economia cafeeira no estado de São Paulo. Rio Claro consolidou-se economicamente antes da metade do século passado, mais cedo que sua vizinha São Carlos, a qual teria sua fase de consolidação nos anos 80. O fator que influenciou a precedência daquela sobre esta foi a introdução anterior de melhoramentos urbanos significativos, antes mesmo dos trilhos da Cia. Paulista de Estradas de Ferro chegarem a seu território. De qualquer forma, a dinâmica e a evolução dos dois municípios tiveram sua base na economia cafeeira. A aplicação de capital que os fazendeiros destinavam ao centro urbano significava tanto a sua diversi-

ficação em setores ligados à economia cafeeira como à especulação imobiliária.

O auge da economia cafeeira nas duas cidades deu-se nas décadas de 1880 e 1890, seguido de expressivo impulso urbano. As duas cidades entraram no novo século já dotadas de características urbanas modernas seja em sua infra-estrutura, nos seus serviços de assistência pública e especialmente na iniciativa particular. Com a decadência do café, a partir dos anos 1920, ambas vieram a enfrentar mudanças no seu desenvolvimento e nas suas áreas de influência, tomando, cada uma, rumos diferentes. A primeira viria a se consolidar como centro de serviços, ao passo que a segunda, paulatinamente, veio a se tornar um pólo industrial dinâmico, uma cidade das chaminés.

Rio Claro, do final do século XIX até 1920, sofreu as determinações mais gerais da economia brasileira como um todo. A crise de 1929, ocasionou, porém, um dinamismo específico do município em seu desenvolvimento urbano e industrial posterior, em relação a outras cidades da região, o que o colocou na posição de centro industrial de importância regional secundária.

Desde os princípios da estruturação do núcleo do município de Rio Claro, a presença do imigrante europeu, principalmente o alemão e o italiano, na área urbana, foi bastante significativa. Suas iniciativas estavam voltadas à pequena indústria e esse padrão perduraria por um longo período e o desenvolvimento do setor terciário seria o fator determinante para que o município se constituísse num centro regional de relativa importância e consolidasse sua função de lugar central como prestador de serviços urbanos aos núcleos vizinhos. No decênio 50-60, consolidou-se o padrão de pequena indústria e, em termos gerais, podemos afirmar que a industrialização de Rio Claro foi modesta até o final dos anos 60.

## **RIO CLARO: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA**

O processo de ocupação e posse da terra em Rio Claro foi realizado por fazendeiros ali chegados no início do século XVIII, com certa fortuna, trazendo escravos, agregados e dinheiro, agraciados pelas concessões de sesmarias e, entre eles, muitos sobressaíram-se, como chefes políticos locais.

As famílias proprietárias ou de elites, no Brasil, no decorrer do tempo, desenvolveram estratégias para a manutenção do poder local, a exemplo dos casamentos endogâmicos e prole numerosa, da grande propriedade de terras, ao lado da ocupação dos cargos-chaves nas administrações municipais ou regionais e, muitas vezes, nacional, tendo esse conjunto de fatores possibilitado a construção de toda uma rede de poder local, modelo ao qual Rio Claro não fugiu.

A fixação dos desbravadores e colonizadores de Rio Claro inseriu-se num processo mais amplo de abertura de novas fronteiras, com o esgotamento das reservas auríferas das Gerais, no final do século passado, quando abriram-se caminhos de penetração para as terras de Goiás e que provocariam, então, o desbravamento da região a noroeste da cidade de São Paulo, chamada de sertões de Araraquara. Foi dentro desse contexto que se deu o caminho do povoamento para o Oeste brasileiro.

Desta forma, no início do século XIX, houve uma concentração e exploração de sesmarias em ampla faixa de terras onde estão, atualmente, os municípios de Rio Claro, Araraquara, Limeira, São Carlos e Descalvado. Foram estas sesmarias os pontos de partida para a formação de enormes fazendas, em função das quais iriam surgir pequenos povoados, entre os quais Rio Claro.

Outro fator do deslocamento de famílias para o sertão foi a decadência da chamada zona antiga de café (Vale do Paraíba), ao lado da valorização do café no mercado internacional. Além disso, acrescenta-se as próprias condições da posse da terra que, no período, não sofriam con-

trole do governo, já que, desde a suspensão da legislação das sesmarias em 1822, nada havia sido regulamentado sobre a questão.

Em conseqüência, muitos troncos de famílias proprietárias deslocaram-se de zonas antigas de ocupação de Minas Gerais e de zonas decadentes de São Paulo para o já citado sertão.

Parte significativa dos fundadores de Rio Claro veio de Itu (estado de São Paulo) e pertencia a famílias abastadas. Com a fixação de um contingente significativo de famílias proprietárias na região, foi logo se estruturando o campo da ação política, seja pela ocupação dos cargos decisivos na comunidade e pela organização de atividades sociais, como pela reprodução ideológica do *status quo* por elas estabelecida. Assim, após a ocupação e posse da terra, o grupo proprietário iniciou um movimento para que Rio Claro se tornasse livre do poder de Piracicaba, elevada em 1810 à categoria de Freguesia, abrangendo em seu distrito a maior parte de São João Batista de Ribeirão Claro (mais tarde Rio Claro), Limeira, Araraquara, São Carlos do Pinhal, Brotas e Jaú.

Como registra a crônica local,

a falta de uma Câmara Municipal nos princípios da vida de Rio Claro que cuidasse do seu andamento e dos seus interesses fez com que homens de boa vontade aqui residentes naquela época se reunissem em assembléia para defesa dos interesses imediatos da freguesia que se iniciava. (PENTEADO, 1978, p. 27)

Assim, em 1832, foi fundada a Sociedade do Bem Comum, com o intuito de dirigir os destinos da povoação. Entre os fundadores da Sociedade do Bem Comum encontravam-se os maiores fazendeiros da cidade. Já se estabeleciam, nessa época, os contornos, no âmbito das famílias, da elite política local.

Conforme Flávia OLIVEIRA, em trabalho sobre Jaú, veremos que

nesse período, como é sabido, o Estado dividia com a Igreja o poder de controle das instituições político-administrativas. Sua presença na comunidade era fator de coordenação das atividades sociais que iam do interior da família, dando-lhes a base legal através do casamento, à própria comunidade, com as atividades dos atos religiosos e festivos. E nesse momento é reforçada a sua

atuação com a delegação por parte do Estado na tarefa de legalizar a posse da terra através dos referidos registros paroquiais. Portanto, fundar um núcleo de povoação era antes de tudo colocar a capela em seu centro geográfico, simbolismo da centralização de seu poder na comunidade. (1989, p. 70-71)

Em Rio Claro, a Sociedade do Bem Comum foi um exemplo desse processo. Reclamando que

a Câmara de Constituição e o Governo da Província não cuidam, abandonam, por completo, a nova povoação que tão viçosa caminhava (...) Ribeirão Claro sente esse desleixo e na população deflagra o espírito de revolta (...) em 1832 (...) vinte e oito dos mais ilustres homens de Ribeirão Claro, reunidos em casa de Estevam Cardoso de Negreiros... assentaram os alicerces do grupo que se chamou Sociedade do Bem Comum. (FERRAZ,1922, p.21).

O desligamento de Rio Claro foi concretizado e, para a organização do novo núcleo, foram feitas doações de terras por parte dos fazendeiros. Essas doações eram alvo de disputa entre eles e chegaram a se constituir em conflitos nesse grupo, na medida que a fixação da localidade recém-formada valorizaria suas terras, por terem uma povoação nelas encostada.

A Sociedade do Bem Comum funcionou como uma instância do poder local, na medida que as instituições oficiais, como a Câmara de Vereadores, não existia. O fato de ela ter desaparecido em 1839 pode indicar que suas funções passaram a ser exercidas em outras esferas do poder. Em 1845, Rio Claro foi elevada de Freguesia à Vila, o que lhe garantia a organização de uma Câmara Municipal. Como município autônomo, logo teve sua primeira eleição para a Câmara e, a partir desse momento, os mesmos nomes que dominaram a Sociedade passaram a tomar parte da administração pública.

Os principais fazendeiros de Rio Claro foram também Inspetores de Caminhos, cuja função era promover a abertura de estradas, construção de pontes e outros melhoramentos que facilitassem a comunicação entre as diferentes localidades, delineando as primeiras configurações

para a organização espacial do município, respondendo aos interesses da ocupação das terras.

QUEIROZ (1976, p. 201) fornece uma explicação clara sobre a ação dos coronéis na organização dos núcleos urbanos, afirmando que a importância destes, seja povoado, vila ou pequena cidade, no contexto de uma sociedade agrária, evidenciava-se pelas suas diversas funções – como centro comercial, pólo de relações e comunicações, local de concentração dos organismos industriais e outros. Em qualquer uma destas funções, o núcleo urbano representou sempre um elemento fundamental de organização do meio rural circundante e da sede do poder. Os chefes do mando político entenderam e souberam administrar essas características e procuraram desenvolver, na região sob seu domínio, centros urbanos que constituíssem, por um lado, o centro de suas atividades e, por outro, que ficassem sob sua dependência. Agiram como fundadores ou donos, no sentido pleno da palavra, de cidades suas.

Rio Claro apresenta-se como um exemplo desse modelo. A partir da segunda metade do século, destacavam-se, nas ocupações de cargos administrativos, membros das famílias que dominaram a história econômica e política municipal, todos eles agentes da formação do núcleo urbano local. Já em 1849, quando da constituição da segunda Câmara Municipal, encontravam-se, de forma a se repetir, posteriormente, os nomes dos principais líderes econômicos da cidade. É importante observar que essas famílias integravam também outras esferas do poder, a exemplo da Delegacia de Polícia e das associações religiosas. Dessa data até a República, houve uma grande reincidência na ocupação de cargos na política local, tanto nos postos de Prefeito ou de Vereador.

## **O MOVIMENTO REPUBLICANO LOCAL**

As idéias republicanas em Rio Claro eram fortes desde a década de 1870. Nos anos 1860, os líderes tradicionais ligados aos partidos imperiais não deixaram seguidores, seja pela morte dos indivíduos ou pelo en-

cerramento da carreira política de líderes de expressão. Quando da proclamação da República, o município tinha, na ocupação de seus quadros políticos, líderes republicanos.

O Partido Conservador dominou a política municipal – alternando-se em momentos com o Partido Liberal – até a década de 70, tendo à frente o Visconde do Rio Claro. A eleição de 1872 significou o fim do poder político deste e a ascensão dos republicanos.

A trajetória dos chefes políticos de Rio Claro os fazem exemplos do coronel característico do período anterior à República. No final do Reinado, os fazendeiros locais eram chefes dos três partidos – Partido Liberal, Partido Conservador e Partido Republicano. A maior parte dos grandes proprietários ocupou vários cargos a nível municipal, regional e nacional. Com a autoridade fundada nas bases econômico-sociais, exerceram o poder pessoal, conseqüência direta do poder econômico, fortalecido desde a Colônia, quando o poder público ainda não se estruturava plenamente.

O poder pessoal sobre o qual se fundamentou o coronelismo teve suas bases na Colônia, com sua estrutura assentada na lavoura para exportação e no sistema mercantilista. Desde seu início, o Brasil conheceu o estreito universo do senhor e do escravo e reconheceu o poder pessoal como representante do Estado, e não seu opositor.

No final do período colonial, os fundamentos econômico-sociais do mando pessoal já se encontravam bem definidos e se exercia sobre uma população, fosse escrava ou livre, sujeita aos desígnios dos potentados locais e à predominância do agrarismo. Não obstante seu poder, os postos políticos de direção e burocráticos do Estado não foram sempre de fácil ascensão para os senhores rurais durante o período colonial. Após a Independência, foi a Constituição de 1824 que introduziu eleições para escolha dos membros do Estado.

Em Rio Claro, observou-se a configuração de uma situação mais clara dos atores políticos e do padrão de carreira política a partir dos meados do século. Os chefes políticos passaram a assumir, de forma

efetiva, as funções que os definiriam como autênticos coronéis, como o desempenho de papéis nas disputas políticas no quadro regional, a mediação entre a Corte Imperial e a Província e o município. Sedimentaram seus interesses de grupo, econômico e político, neste caso, através da perpetuação nos postos de mando. A maior parte deles havia percorrido, já então, os caminhos tradicionais da formação de um político, como a passagem por cargos administrativos no Estado e no Exército e a posse do título de bacharel em Direito, ao lado das ligações familiares e da posse da terra.

A ocupação dos postos eletivos ficava sob o domínio desse grupo, também porque a par de todas estas condições, a qualificação dos eleitores era feita em nível municipal e estava sob controle dos mandatários locais, o que garantia, por sua vez, aos grandes grupos familiares detentores de poder afirmarem-se nos cargos políticos.

As Guardas Municipais e a Guarda Nacional constituíram-se, por sua vez, para os proprietários, em outro canal de institucionalização de participação no governo, seja municipal ou provincial. Os postos de oficiais da Guarda Nacional foram ocupados, em sua expressiva maioria, por mandatários locais. Títulos de majores, tenentes e coronéis eram alvos bastante cobiçados. A patente de coronel, das mais valorizadas, paulatinamente deixou de ser exclusivamente entendida como o exercício de uma função militar ou policial e, popularmente, passou a ser utilizada para designar os chefes políticos.

Os partidos monárquicos, o Conservador e o Liberal, abrigavam somente membros das classes abastadas ou seus representantes, não tendo traços ideológicos que os separassem. Seus membros passavam frequentemente, sem maiores obstáculos, de uma para outra agremiação.

Nos termos de sua origem, esse grupo, em Rio Claro, constituiu-se por um setor instruído, voltado a funções de administração e da política, membros de famílias de proprietários rurais de expressão regional e nacional. Pelas ligações com o centro do poder, foram figuras de expressão nacional, tinham seu fortalecimento ligado à utilização patrimonial do

Estado, ao trânsito nas instâncias superiores da administração federal e ao controle das nomeações para os cargos públicos. Durante a segunda metade do século XIX, esse grupo ocupou e indicou praticamente todos os cargos eletivos e nomeados, como Intendente, Vereador, Juiz de Paz, Delegados de Polícia.

Autores como FAORO (1990) mostram que a marca essencial do regime imperial – a saber, a permanência de um Estado patrimonial (centralizador), sempre com os mesmos donos do poder – aponta a fragilidade do sistema representativo do Império, o que impedia sua sustentação. Críticas e opositores, mesmo dos setores monarquistas, e particularmente dos republicanos, ocuparam a cena no final do Império.

Os partidos republicanos, em quase todas as Províncias, começaram suas atividades antes da queda da monarquia. No novo regime instaurado pela República, os partidos políticos do Império, o Liberal e o Conservador, partidos nacionais, foram substituídos pelos Partidos Republicanos estaduais, os quais passaram a dominar o período que se iniciava. Com a República, as antigas bases partidárias ficaram abaladas, mas como os republicanos não tinham ainda quadros suficientes a ponto de permitir que estes pudessem prescindir dos políticos do regime anterior, continuaram as políticas de aliança e de conchavos eleitorais. Ocorreu, portanto, uma composição sem maiores rupturas com os antigos chefes.

Com a deposição do trono imperial, predominaram as duas vanguardas oligárquicas, as elites monárquica e republicana. Na realidade, os donos do poder sofreram uma solução de continuidade. Durante os 67 anos de duração, o regime anterior caracterizou-se pela existência de um quadro fechado e restrito, com alto índice de acumulação de cargos e longevidade na ocupação. Os principais canais de recrutamento passavam pelo nascimento, diploma de curso superior, famílias e amigos influentes. A mesma situação caracterizou a elite paulista.

Ressaltemos, porém, que os diferentes grupos que passaram a disputar o poder após 1889 não tinham um projeto coeso. Várias eram as

concepções de República a ser implantada e, portanto, diversas as expectativas sobre o seu futuro. A República acabou por instaurar o presidencialismo, o federalismo e a ampliação do regime representativo, maiores máximas do movimento. Contudo, ao excluir o direito do voto do analfabeto, colocou fora da participação política formal ampla camada da população brasileira. Ainda em 1920, 80% desta habitavam as áreas rurais, onde predominava o analfabetismo.

Desta forma, o novo regime, ao mesmo tempo que proclamava seu caráter liberal e democrático, continuava a marginalizar as camadas populares e as lideranças que assumiram os governos estaduais, ou seja, as elites proprietárias, intentavam fazer com que a representação política não lhes escapasse das mãos e se restringisse a seus componentes. Nacionalmente, consolidava-se a hegemonia da burguesia cafeeira paulista, em aliança com os grandes proprietários de Minas Gerais.

Rio Claro, de 1845 a 1872, foi governada alternadamente por políticos ligados aos dois partidos imperiais, sem grandes distinções na divisão do poder. Os seus mais proeminentes líderes dominavam a política local sem dissidências acentuadas, como representantes que eram dos mesmos interesses, ou seja, da propriedade da terra. Formavam uma oligarquia regional, com estreitos laços econômicos e de parentesco. Como visto, os chefes locais mais destacados foram membros dos governos estadual e federal e exerceram a mediação entre o nível local, regional e nacional. Contudo, já desde a metade do século passado, o movimento republicano estava bastante disseminado na região.

A crônica política da virada do século em Rio Claro destaca que o pensamento republicano fez da cidade um *ninho de fervorosos adeptos da democracia (...)* (até) que em fins de 1865, os mentores do republicanismo organizavam de momento o grêmio político denominado Partido Republicano Rioclarense. (FERRAZ, 1922, p. 48).

Este grêmio, em 1872, tornou-se o Partido Republicano Rioclarense, formado como oposição ao Partido Liberal local. Localmente, a oposição republicana alardeava que a primeira eleição significaria o esfacela-

mento da oligarquia situacionista. Em realidade, o grêmio Partido Republicano Rioclarense venceria as eleições contra o Liberal. Os monarquistas mais ferrenhos foram afastados do poder e os republicanos se constituíram na força principal no município.

Rio Claro deveu sua participação política no movimento republicano a alguns fatores predominantes, como a proximidade com os grandes centros do republicanismo do Estado – a exemplo de Campinas e Piracicaba – e por suas ligações com Manuel Ferraz de Campos Salles e Manoel de Moraes Barros.

A história política rioclarense, na Primeira República, foi marcada pelas lutas no seio do perreppismo, ou seja, entre o PRP (Partido Republicano Paulista), sob a direção de Augusto Salles, liderança tradicional, irmão do Presidente da República, Campos Salles, e o PRH (Partido Republicano Histórico), sob o comando do coronel Marcelo Schmidt, que se constituía em dissidência, com base nos setores urbanos.

O período caracterizou-se por uma luta aberta entre os coronéis, com eleições republicanas coroando as disputas. A historiografia brasileira sobre a época discute esta questão.

Como escreve CARONE:

Dissidências e pequenos partidos contrários aos situacionistas enxameiam de maneira constante e efêmera por todo o período. Com raríssimas exceções, eles nascem nas vésperas das eleições e logo morrem: na maioria das vezes, acabam fazendo acordos e fundindo-se ao partido majoritário. De origem em geral agrária, os dissidentes justificam sua existência por razões eleitorais e morais, nunca por uma contestação programática ao partido majoritário. (1970, p. 312).

Exemplar nesse sentido é o programa do já citado Partido Municipal de Rio Claro, criado às vésperas das eleições municipais de 16-12-1901: *constitui-se nesta cidade o Partido Municipal com o fim único e exclusivo de eleger os cidadãos para os cargos de administração e justiça municipal* (O ALPHA, 7-10-1901). Por um lado, podemos entender o caso local como componen-

te de um movimento estadual que se colocava como mais uma dissidência dentro do PRP e não como uma oposição efetiva.

O PRH assumiu o poder em Rio Claro a partir de 1904 e exerceu essa liderança até 1922. Havia um espaço político a ser ocupado por essa facção, mas que necessitava contar agora com a pequena burguesia urbana, composta em sua grande parte pelos imigrantes, que, no núcleo urbano, constituíam-se como uma parcela significativa, tanto quantitativa como qualitativamente.

### **A IMPORTÂNCIA DOS NOVOS SETORES SOCIAIS E URBANOS NO PROCESSO POLÍTICO**

O PRH, liderado por Marcelo Schmidt, subiu ao poder, com o apoio de novos setores emergentes urbanos, que utilizaram o partido como oposição aos setores mais conservadores do PRP. A fórmula conciliatória, anteriormente dominante, desfaz-se.

A partir de então, a política municipal tenderá, cada vez, mais, a assumir um tom urbano, mais que rural. Nos anos que se seguem, lutam os sallistas infaustamente para recobrar o poder, todavia, o centro urbano tornava-se cada vez mais o pólo de atração da economia local e, conseqüentemente, o urbano era dominante. (DAVIDS, 1968, p. 52).

Há que se observar que essas disputas, entretanto, se dão sempre dentro do mesmo universo, qual seja, o da oligarquia. A dissidência mais importante localmente deu-se quando a oligarquia rural tradicional em Rio Claro, com a liderança da família Salles, sai desprestigiada, a partir de 1904, seja por questões políticas como pessoais. O novo chefe político que dominará a cena pertencia a uma família imigrante de classe média vinda do Rio de Janeiro que, entretanto, aliou-se aos interesses da oligarquia, através dos laços de casamento, sendo celebrado pela história local como o *Coronel Schmidt*.

A partir desse momento, observou-se, em Rio Claro, no período, um esquema de dominação política que passa a funda-se em uma articulação entre os coronéis e os novos atores políticos – e de forma destaca-

da, os imigrantes, cujo processo de ascensão política, desde o início do século, esteve ligado ao papel que exerceu no comércio e na indústria incipiente do município, com presença marcante também nas áreas social, cultural e religiosa.

A discussão sobre a mobilidade social e política dos imigrantes é, ainda, bastante polêmica. Grande parte dos estudiosos sobre a questão sustenta que a entrada de imigrantes na política, além de, no Brasil, não ser freqüente, era vista com restrições. QUEIROZ (1976) chama a atenção para o fato de que a defesa dos antigos contra os novos, com os primeiros defendendo direitos, privilégios e posições de mando, tem sido uma marca constante de nossa política. O fenômeno, portanto, tem dois lados: um, relacionado à defesa dos habitantes mais antigos contra os estrangeiros; outro, à defesa dos já instalados na política contra os que procuram entrar, caracterizando-se por lutas entre grupos ou rivalidades regionais. A autora, entretanto, indica a falta de estudos sobre essas questões, que impedem conclusões mais precisas.

Mais recentemente, também FAUSTO (1991, p. 42-44) chama a atenção para o número reduzido de estudos sobre o tema da participação política do imigrante. Assim,

tradicionalmente temos considerado que, no período da imigração em massa e nos decênios subseqüentes, os imigrantes estiveram em grandes linhas à margem da política. Distantes das instâncias do poder, sem os mínimos requisitos de educação formal que lhes permitisse participar da vida pública, imigrantes de primeira e segunda geração estariam dedicados ao projeto de ascensão social pela via do mercado. O mundo político e as benesses dele derivadas, sobretudo sob a forma dos cargos públicos, seriam *chasse gardée* dos nacionais, funcionando inclusive como amortecedor das vicissitudes econômicas das famílias oligárquicas. Além disso, as restrições a estrangeiros assumirem cargos eletivos e cargos públicos em sentido estrito teriam contribuído para acentuar essa marginalização.

Para o autor, pesquisas específicas precisam ser realizadas, para melhor problematizar e conhecer a questão, pois são muitas as constata-

ções assentes que poderiam ser mais discutidas e até mesmo matizadas. Continuando, FAUSTO (1991, p. 44) observa haver

alguns indícios de que (a elite política oligárquica) foi menos impermeável do que se tem pensado. Seria ingênuo pensar que a oligarquia abrisse fraternalmente espaço a estrangeiros e seus descendentes. Mas ela não podia simplesmente voltar as costas a uma massa de pessoas cada vez mais implantadas na vida social... No terreno das hipóteses que somente um número maior de monografias poderá confirmar, acredito em uma gradativa ocupação de postos políticos por parte de filhos e netos de imigrantes, começando tendencialmente em âmbito municipal. Esse movimento deve ter tido maior ou menor impulso, ter sido objeto de maior ou menor resistência, de acordo com a região e as peculiaridades locais.

Em Rio Claro, vale lembrar, os imigrantes já faziam parte das Câmaras Municipais desde o Império, alargando sua participação na Primeira República, época em que se firmou a liderança política do coronel Schmidt, por mais de 30 anos. Não temos indícios desse mesmo fenômeno, para os dois períodos, em outras cidades do interior paulista. De qualquer forma, os estudos revelam que a entrada desse grupo na política, quando aconteceu, deu-se já no final da República Velha. Esses dados indicam que a ascensão de novos setores sociais na política apresenta dinâmica própria em cada região ou município.

Entendemos ser importante, no caso de Rio Claro, compreender como se deu a participação do imigrante na formação e vida do município. A situação mais favorável dos imigrantes em Rio Claro, a nosso ver, deveu-se à sua história no município, com sua integração local acontecendo desde cedo, não sofrendo, de forma clara, discriminação ou preconceito étnico. No município, como já visto, o desenvolvimento do complexo urbano esteve estreitamente vinculado à economia rural, ao mesmo tempo em que o meio rural vinha perdendo a atração para a mão-de-obra, pois o café sofria suas primeiras crises e as possibilidades de se adquirir pequenas propriedades eram limitadas. O núcleo urbano, portanto, passou a se constituir como o pólo de atração, particularmente

para os imigrantes, que aí se estabeleceram, como comerciantes ou industriais.

A contribuição do imigrante no campo da educação local foi precoce. No campo religioso, a presença desse grupo foi também significativa. Por sua vez, os movimentos socialistas e anarquistas, a exemplo do resto do estado, cresciam em Rio Claro. Em 1902 apareciam as primeiras referências ao Círculo Socialista Internacional 1º de Maio, agremiação operária que antecedeu, no local, à fundação da Liga Operária.

Em Rio Claro, entendemos, os imigrantes surgiam como grupos a serem considerados como, pelo menos, parceiros ou colaboradores, pela oligarquia local, antes que despontassem como forças de oposição. A elite agrária não podia simplesmente voltar as costas a um grupo social cada vez mais emergente, que tomava, cada vez mais, vulto nos movimentos de trabalhadores, desempenhando um papel de liderança nesses movimentos e tendo, inclusive, conseguido envolver um representante consular favoravelmente em uma greve em 1902. Já neste período, portanto, o comportamento político dos coronéis exigia modificações face às novas expectativas sociais em emergência, na medida em que o núcleo urbano assumia proporções cada vez mais independentes da propriedade cafeeira.

Já no início do século, o eleitorado apresentava-se com significativa representação urbana, intensificando seu peso quantitativo, junto às novas reivindicações que se introduziam nas esferas políticas e sociais.

### **A REPRODUÇÃO DA EXCLUSÃO: A ASCENSÃO DE NOVAS CATEGORIAS SOCIAIS**

A hegemonia política e social da burguesia cafeeira durante as três primeiras décadas deste século é bastante apontada na literatura. Apoiamo-nos, entre outros autores, em FAUSTO (1978) para afirmar que, até os anos 1920, não chegou a se formar, no seio da classe dominante, um

grupo que se colocasse como alternativa de oposição efetiva aos seus interesses.

Colocando a questão de uma forma sintética, a década de 20 foi palco de acontecimentos cruciais que abalaram a cena política nacional, provocando cisões, dissidências e realinhamentos no seio das elites, traduzidas na fundação de partidos oposicionistas, em insurreições que contestavam a legitimidade do regime e por movimentos de trabalhadores. Concomitantemente, a industrialização e a urbanização em curso no País engendraram conseqüências políticas importantes, possibilitando a inserção de novos atores no processo político, alterando as relações de dominação nas cidades, demandando redefinições frente às manifestações políticas das massas urbanas.

Desta forma, a oligarquia passou a sofrer um processo de perda e realinhamento do poder já antes de 1930, possibilitando a abertura de espaços políticos para novas categorias sociais. Nessa dinâmica, os grupos de maior projeção foram fundamentalmente os imigrantes.

Em estudo realizado em sete cidades do complexo cafeeiro paulista, RODRIGUES (1991) mostra que parece ter havido uma ascensão significativa de imigrantes no cargo de Vereador. Se, até 1930 o padrão de ocupação deste cargo fundava-se quase exclusivamente à pertinência dos membros da elite política a famílias tradicionais da cidade ou região, no período de 1930 a 1964, este quadro sofreu modificações relevantes, com a presença de imigrantes ou seus descendentes. Estes vieram a representar uma parcela significativa ocupante de cargos, alcançando o número representado pela primeira situação. Entre os Prefeitos, num total de 129, 20 pertenciam a famílias nacionais tradicionais da região e 18 eram originários de famílias imigrantes. Os dados do trabalho de Rodrigues indicam, numa primeira leitura, para o período posterior a 30, ter havido uma significativa ascensão desse grupo no cargo de Vereador. Chamamos a atenção para as enormes possibilidades de futuras investigações sobre o tema.

Os dados sobre Rio Claro revelam a presença de famílias tradicionais, proprietárias rurais, ao lado de imigrantes ou de seus descendentes. Do total de 11 Prefeitos, entre 1900 e 1930, 7 pertenciam a famílias tradicionais da região e 2 a famílias imigrantes. Dentre os 22 Vereadores, 17 têm sobrenome estrangeiro.<sup>2</sup>

No município de São Carlos, diferentemente, a entrada de imigrantes na política, para o mesmo período, foi mais difícil. Como coloca TRUZZI (1986, p. 115), a mera intenção de um indivíduo pertencente a esse grupo candidatar-se a um cargo era vista como impertinente. Em seu estudo sobre a cidade, o autor conclui que os imigrantes apresentaram uma indisposição face à atividade política.

O estudo acima ainda afirma que a Segunda Guerra Mundial reestimulou essa atitude contra os descendentes de imigrantes, particularmente os italianos e alemães. Somente em 1947, inclusive, membros da colônia italiana conseguiram ser eleitos como diretores de um clube social tradicionalmente da alta sociedade local. Também tardiamente, em 1952, um descendente dessa mesma colônia ocupou o cargo de prefeito. Estas circunstâncias teriam retardado a entrada dos elementos oriundos dessa camada social, que tiveram que suportar um certo desajuste entre a sua importância econômica e sua representação política. Exceção a esse modelo foi o caso de uma significativa figura política local, que ainda hoje é considerada eminência parda da política local.

Temos ressaltado a ascensão do imigrante aos cargos políticos em Rio Claro já no início da República. Este caso, não obstante, merece uma ressalva. Nota-se, pelos dados, que, no caso dos prefeitos, sua origem imigrante mesclava-se com a situação de fazendeiro, condição, a nosso ver, determinante da ocupação do cargo. Entre os vereadores a situação era mais aberta, com imigrantes, em sua grande parte, ligados ao comércio e à indústria.

---

<sup>2</sup> Os dados aqui apresentados referem-se aos vereadores que tiveram uma presença continuada, individual ou familiarmente, com o mínimo de dois mandatos.

A entrada de outros grupos na esfera do poder, todavia, não afastou os chefes políticos tradicionais, pois a influência destes permaneceu viva, através da dominação indireta. A entrada dos novos elementos passava pela aquiescência dos antigos. Em Rio Claro isso se demonstrou pela entrada na política de dois membros que se destacariam por longo tempo na política local, ambos tendo recebido o patrocínio e a influência do coronel Schmidt.

A política local, entretanto, não abria espaços para a classe operária nos postos políticos. Os raros casos de participação desses elementos demonstram, inclusive, um processo de cooptação dos elementos dessa extração social, que fica claro pelo depoimento de um ex-prefeito, ferroviário, que declarou ter sido convidado, pelo candidato a Prefeito, ao lugar de Vice-Prefeito como uma forma de arregimentar votos de trabalhadores.

Rio Claro foi um centro ferroviário importante, que agregou uma parcela significativa de operários – com uma história permeada de movimentos grevistas relevantes – e que se tornava uma população alvo para as práticas políticas. Repetiremos, como já apontado anteriormente, que o coronelismo, por não apresentar condições de estabelecer um comportamento político face ao operariado, tenta a conciliação, seja através de sua orientação ou do apadrinhamento, mantendo o poder e sua base eleitoral, o que não deixa de ser uma característica dos períodos posteriores.

Em seu estudo sobre o município, DAVIDS (1968, p. 56) destaca que

a elaboração de uma política de conciliação e personalista prendeu-se a dois fatores fundamentais: a) à gradativa preponderância econômica do centro urbano sobre o rural; b) à conseqüente ampliação do eleitorado urbano e, principalmente, do surgimento de um proletariado urbano cujos movimentos reivindicatórios se refletiam diretamente no balanço de forças nos centros de poder.

Diríamos mais. A decadência precoce da importância do café na economia de Rio Claro levou, como explicitado anteriormente, ao absentismo dos fazendeiros e à formação de uma classe média, composta em

grande parte por imigrantes, que desde cedo, deveria ser integrada ao poder, antes que se tornasse uma força contrária. O círculo do poder, portanto, precisava ser afrouxado e alargado, através de políticas conciliatórias, de acordo com as forças em cena. Os fazendeiros vinham perdendo terreno, não conseguindo se manter forte o suficiente para excluir as novas camadas sociais ascendentes. Como já analisou DEAN (1977, p. 182):

Herdeira do município foi a classe média urbana, constituída de uns poucos antigos colonos mas, na maioria, de imigrantes que na Europa tinham vivido em cidades e tinham chegado com uma ocupação, um capital e relações familiares... Casaram-se com as filhas dos fazendeiros falidos, e depois casaram-se entre si. À medida que prosperavam e compravam lotes e casas na cidade, sítios suburbanos e, finalmente, as fazendas repartidas, ao mesmo tempo o poder econômico e político da capital do estado penetrava mais a fundo no município.

Impunha-se, pois, uma manobra de adaptação frente aos novos rumos, que foi devidamente desenvolvida pelo coronelismo em Rio Claro. Parece-nos ser esse fundamentalmente o papel exercido pelo Cel. Schmidt que, entre outras variáveis, provavelmente, por ser ele próprio filho de imigrante, conseguiu realizar as composições com esse setor. Essas composições reforçaram por longo tempo o *status quo*. A estratégia não foi diferente com os setores populares, com a exclusão dos marginalizados e o controle dos grupos mais radicais, como demonstram os episódios das greves e a violência contra os trabalhadores rurais.

Os membros da elite política rioclarense pertencem aos estratos médios da sociedade, ao lado de uma significativa ausência dos elementos das classes mais baixas. Aqueles que se candidatam passam por uma seleção prévia – seja pela sociedade a partir de critérios como educação, riqueza, tradição, entre outros – como pelo partido. A análise do grupo local de Prefeitos e Vereadores segundo o *status* ocupacional permite definir mais claramente o caráter exato dos estratos sociais dos quais este grupo foi recrutado.

Dos Prefeitos, entre 1900-1930, 36% eram fazendeiros de expressão na cidade, 36% funcionários públicos e 27%, profissionais liberais,

sendo estes descendentes ou ligados por casamento a famílias proprietárias.

Em relação aos vereadores, o quadro modificou-se, abrindo espaços para uma significativa parcela de comerciantes (59%), ao lado de 31,8% de fazendeiros.

Uma característica que se estende de 1900 a 1945 é a continuidade da influência da oligarquia, seja pela ocupação direta dos cargos, seja por laços de parentesco ou interesses. Dos Prefeitos no período, 60% eram fazendeiros, profissionais liberais de origem de família de proprietários rurais ou haviam entrado na política por influência destes, além dos casamentos realizados entre as famílias no poder. No caso de elementos não originários da oligarquia, verifica-se freqüentemente o casamento destes com mulheres pertencentes àquela.

Com a democratização de 1945, a política local passou por alterações sensíveis, com mudanças significativas no perfil dos ocupantes dos cargos políticos, dado que categorias antes excluídas do poder começam a ter expressão, como são os casos dos trabalhadores (todos ferroviários da Cia. Paulista de Estrada de Ferro) e de profissionais de nível técnico. Até 1948, não havia nenhum elemento originário da classe trabalhadora ocupando cargos políticos. Dessa época até 1964, três trabalhadores foram eleitos vereadores, sendo dois ferroviários.

A extensão e o tipo de educação recebida pela elite política rioclarense é outro importante indicador do seu perfil. Percebe-se, de 1900 a 1964, um movimento significativo de ascensão educacional entre o grupo analisado: 70% dos indivíduos adquiriram maior grau de escolaridade em relação ao pai, não havendo nem a permanência no mesmo nível nem grau descendente de mobilidade educacional.

Entre o grupo estudado, até 1930, 33% possuíam diploma superior. Entre 1930 e 1945, 50% possuíam esse nível, caindo essa porcentagem para 31% a partir de 1945. Do total do universo, entre 1900-1964, 26,5% tinham até o secundário completo e 33,6% alcançaram o superior completo, perfazendo essa faixa 60% do total.

Outro elemento esclarecedor para análise é o número de indivíduos novos que a elite absorveu por períodos. Ao todo, somam 28.5% dos “novos” que integram o círculo de prefeitos e vereadores de Rio Claro. Desmembrando por períodos, vê-se que o menos aberto à penetração dos novos nomes é o que se prolonga até 1930. Num total de 33 indivíduos, somente 5 (15%) conseguiram penetrar no grupo. Entretanto, embora estes sejam de extração social diversa, são todos apadrinhados pela política tradicional, ainda encabeçada pelo coronel Schmidt.

O universo político abre-se, em termos quantitativos, a partir de 1930. Daí até 1964, 35% dos elementos compõem-se de novos nomes. Em termos qualitativos, entretanto, há que se destacar que Rio Claro reflete o processo mais geral da sociedade brasileira, no sentido de que a política entre 1945 e 1964 - e os estudos realizados sobre a questão corroboram essa característica - continua, essencialmente, a ser uma política elitista e confirma que as transformações na estrutura sócio-econômica do País, após 1930, não abriram um caminho essencialmente mais aberto para a participação das classes populares na política, especialmente com respeito à ocupação de cargos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARONE, E.  
1970 **A república velha (Instituições e classes sociais)**. São Paulo: Difel.
- DAVIDS, Neusa.  
1968 **Poder local em Rio Claro: aparência e realidade (1930-1964)**. Tese (Doutoramento) Rio Claro, UNESP.
- DEAN, Warren.  
1977 **Um sistema de plantation**. Rio Claro (1988-1929).
- FAORO, R.  
1990 **Os donos do poder**. São Paulo: Globo.
- FAUSTO, B.  
1991 **Historiografia da imigração para São Paulo**. São Paulo: Sumaré/FAPESP.
- FAUSTO, B.  
1978 A crise dos anos 20 e a revolução de 1930. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: Difel. p. 401-426.
- FERRAZ, A.

- 1922 **Álbum de Rio Claro.**
- OLIVEIRA, Flávia A.M de.  
1988 Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 9, n. 17, p. 65-85, set.
- OLIVEIRA, Maria Coleta F.A.  
s/d **Mercantilização e urbanização em São Paulo.** Campinas: UNICAMP, NE-PO (mimeo).
- PENTEADO, Oscar.  
1978 Como nasceu e cresceu Rio Claro. In: **Rio Claro sesquicentenária.** Rio Claro: Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Silva, p:17-72.
- QUEIRÓZ, M.I.  
1976 **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Alfa-Omega.
- RODRIGUES, Albertino  
1991 Estrutura de classes sob a oligarquia rural. **Relatório de pesquisa.** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Núcleo de Documentação, nov. mimeo (inérito).
- TRUZZI, Osvaldo  
1986 **Café e indústria. São Carlos, 1850-1950.** São Carlos: UFSCAR.